2.^a Sessão Legislativa da 4.^a Legislatura Ata da 78.^a Sessão Ordinária, em 29 de agosto de 1960

Presidência do sr. deputado Guataçara Borba Carneiro, secretariada pelos srs. deputados Aníbal Curi e Nicanor de Vasconcellos.

A hora regimental, é registada a presença dos seguintes srs. deputados: Guataçara Borba Carneiro, Paulo de Camargo, Pedro Liberti, Aníbal Curi, Nicanor de Vasconcellos; Arthur de Souza, Ambrosio Choma, Agostinho Rodrigues, Antonio Ruppel, Amaury Silva, Cândido Machado de Oliveira Neto, Ernesto Moro, Thadeo Sobocinski, Jorge Nasser, Lincoln da Cunha Pereira, Ruy Gândara e Waldemar Daros (17); achando-se ausentes, os seguintes srs. deputados: Antonio Annibelli, Amadeu Puppi, Nivaldo Gomes, João Cernichiaro, Emilio Carazzai, Dino Veiga, Haroldo Leon Péres, José Vaz de Carvalho, João Mansur, Joaquim Néia, Pedro Mariucci, Jorge Maia, José Hoffmann, João Simões, Libânio Cardoso, Luiz Alberto Dalcanalle, Mário de Barros, Mário Faraco, Alvaro Dirceo Vianna, Néo Martins, Miguel Dinizo, Nilson Ribas, Renato Bueno, Sady de Brito, Léo de Almeida Neves, Vargas de Oliveira, Vidal Vanhoni e Waldemiro Haneiko (28).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O,

passando o sr. 2º Secretário à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

OFÍCIOS:

— do sr. Presidente da Assembléa Legislativa do Estado da Paraíba, comunicando a instalação da 2ª Reunião Ordinária da 4ª Legislatura, bem como a eleição e posse da nova Mesa daquele Poder Legislativo. — **Ao conhecimento da Casa.**

— do sr. Presidente da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, encaminhando a esta Assembléa cópia autêntica do Requerimento nº 150-60 de autoria do sr. Vereador Raimundo Batista Viana, aprovado em sessão realizada a 9 do corrente. — **Ao conhecimento da Casa.**

— do sr. Jairo Regis, Presidente do Comitê de Imprensa, comunicando a esta Assembléa a eleição e posse da nova Comissão Executiva daquele Comitê. — **Ao conhecimento da Casa.**

— da Embaixada de Cuba no Rio de Janeiro, acusando o recebimento do ofício firmado pelo Exmo. sr. Deputado Waldemar Daros, pela luta patriótica do povo cubano pela sua emancipação econômica — **Ao sr. Deputado interessado.**

TELEGRAMA:

— no seguinte teor: Apraz-me acusar recebimento telegrama que vossa Excia. me dirigiu em 18-8-60 vg a respeito requerimento vg firmado Deputado Nilson Ribas vg cujos termos ponderarei com todo aprêço que me merece sua interferência pt Sds. pt Juscelino Kubitschek vg Presidente Republica. — **Ao sr. Deputado interessado.**

ORDEM DO DIA,

com a presença de 21 srs. Deputados:

Há sobre a mesa projetos de lei de autoria dos srs. deputados Agostinho Rodrigues e Mário Faraco. — **Apoiados.** Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Requerimento de autoria do sr. deputado Amaury Silva, solicitando a retirada do Projeto de Lei n.º 569-60. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 29, à hora regimental, com a mesma

ORDEM DO DIA,

e mais 1.ª discussão do Projeto de Lei n.º 305-59.

Levanta-se a sessão.

REQUERIMENTO:

— do sr. deputado Agostinho Rodrigues, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento ocorrido nesta Capital, do sr. Alcir Martins Bastos.

COMUNICAÇÃO:

— do sr. deputado Lincoln da Cunha Pereira, comunicando que reasumiu as funções das quais se encontrava afastado em gozo de licença para tratamento de saúde.

PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei nº

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º — A Comarca de Curitiba, como Capital do Estado, fica elevada à categoria de entrância especial.

Art. 2º — Os vencimentos dos Juizes de Direito de entrância especial são fixados em Cr\$ 62.000,00 mensais, correspondentes a quatro quintos dos vencimentos, que por sua vez, passam a perceber os membros do Tribunal de Justiça, observada, quanto aos dos Juizes de Direito de 4ª entrância, a diferença prevista no artigo 71, da Constituição Estadual.

Art. 3º — O Art. 3º da Lei nº 2463, de 25 de outubro de 1955, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º — Os vencimentos dos Sub-Procuradores e do Diretor Secretário do Tribunal de Justiça, ficam equiparados aos dos Juizes de Direito de entrância especial”.

Art. 4º — Os membros do Ministério Público de entrância especial terão vencimentos correspondentes a quatro quintos dos atribuídos aos Juizes de Direito da mesma entrância e a eles são equiparados também os beneficiados pelo art. 4º da Lei nº 2463, de 25 de outubro de 1955 e o Diretor da Secretaria da Corregedoria Geral da Justiça.

Art. 5º — As despesas com a execução da presente Lei correrão à conta das verbas próprias do orçamento do Estado.

Art. 6º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1960.

(a) Anibal Curi.

JUSTIFICAÇÃO: — Impõe-se, sem dúvida alguma, na Divisão Judiciária do Estado, a elevação à categoria de entrância especial da Comarca de Curitiba, atualmente de 4ª entrância.

Várias, além da Capital, já são as comarcas de 4ª entrância do Estado, e, a motivação para tal estágio, tem se baseado no movimento forense, existência de mais de uma Vara, importância como centro populacional e conveniência de situação geográfica!

Todos esses elementos, porém das demais comarcas de 1ª entrância, mesmo somados e considerados em conjunto, não superam as condições e a situação impar da comarca de Curitiba que, por si só, além de ser a Capital do Estado, tem fóro que não comporta cotejos com o das de idêntica hierarquia.

Lógica, justa, urgente e imprescindível, portanto, a elevação de categoria de entrância que a lei objetiva.

Como consequência natural da elevação visada, há que se promover a correspondente majoração dos proventos dos magistrados da nova entrância, estabelecendo-se o equilíbrio necessário entre os titulares dessa entrância e os da entrância imediatamente inferior, tendo-se em vista, está claro, o teto fornecido pelo que devem vencer os membros do Tribunal de Justiça e observado o preceito do artigo 71 da Constituição Estadual.

Com iguais vantagens devem ser contemplados, na respectiva proporção, os membros do Ministério Público e funcionários do quadro da Justiça

que, pela natureza de suas funções e razões de cargo, se entrosam nas finalidades da lei.

Isto posto, parece óbvio, maiores e mais concludentes argumentos são dispensados, não fôsse, além do mais, o alto custo de vida que hoje nos assoberba, para credenciar, à evidência, a oportunidade e necessidade da lei.

Projeto de Lei nº

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pela Secretaria de Viação e Obras Públicas, um crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), destinado a ocorrer despesas com a construção de um Grupo Escolar de alvenaria, com quatro salas, na sede do município de Alto Piquiri.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1960.

(a) Ruy Gândara

JUSTIFICAÇÃO: — O atual Grupo Escolar de Alto Piquiri funciona numa casa que não apresenta às mínimas condições de higiene e conforto para o nobre fim a que se destina.

Impõe-se, assim, como de grande necessidade, a construção de um prédio para que, assim, as crianças daquele município possam receber as suas aulas num ambiente adequado e confortável.

Nestas condições, apelamos para os nobres membros que compõem esta augusta Casa no sentido de que dêem seu apóio à presente iniciativa.

Projeto de Lei nº

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pela Secretaria de Viação e Obras Públicas, um crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros), destinado a ocorrer despesas com a construção de um Hospital na sede do município de Alto Piquiri.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1960.

(a) Ruy Gândara

JUSTIFICAÇÃO: — Entre os últimos municípios criados figura o de Alto Piquiri, o qual, mercê da grande riqueza de suas terras, e a inquebrantável vontade de sua gente, está fadado, dentro em breve, a ser uma das grandes comunas de nosso Estado.

O Poder Público estadual desejando cooperar com seu povo, iniciou, ali, a construção de um hospital que virá atender as suas necessidades mais prementes nêsse tão importante setor.

São êsses, em resumo, os objetivos que nos levam à apresentação do presente plano de lei.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Concedo a palavra ao sr. deputado Pedro Liberti.

O SR. PEDRO LIBERTI — Sr. Presidente, srs. Deputados. Pretendo unicamente fazer um pedido aos srs. Deputados e, ao mesmo tempo, levar ao conhecimento da Casa telegramas que tenho recebido de várias comarcas de nosso Estado e um ofício que recebi da Associação dos Promotores Público do Paraná, com referência ao projeto de lei 454-60, de minha autoria, que disciplina a organização do Ministério Público em nosso Estado.

Quero fazer um pedido, diria melhor, um apêlo, aos srs. Deputados e a V. Excia. sr. Presidente, porque o meu projeto é de justiça. Visa dar ao

Ministério Público, através desse projeto, u'a melhor forma de recebimento dos vencimentos, nas comarcas em que prestam serviços. Disse de justiça, por que acho que até ajustará as desigualdades que temos no Ministério Público. Disse de justiça, porque ele vem fazer justiça aos que estão sendo injustiçados. Não se pode conceber que o Promotor Público interino vá para o interior do Estado, preste serviços numa comarca de 4a. entrância, como Rolândia, Londrina ou outra qualquer do interior do Estado, com vencimentos de 13 mil cruzeiros. É uma verdadeira aberração, a designação o que a Lei do Ministério Público dá àqueles que prestam serviços naquela organização do Judiciário.

Assim é que o meu projeto disciplina e traz as vantagens que são merecidas e de justiça.

Vou fazer a leitura do ofício que recebi da Associação dos Promotores Públicos do Paraná.

(Lê) Curitiba, 25 de agosto de 1960

Of. nº 48-60

Senhor Deputado:

Ao propôr na augusta Assembléia Legislativa do Estado o Projeto de Lei nº 454-60 que assegura aos membros do Ministério Público do interior do Estado os direitos e benefícios da Lei nº 4.176 de 9-3-60, Vossa Excelência demonstrou, á sociedade, um profundo senso de Justiça, como também de conhecer um dos problemas que afligem a Classe.

E, ao ter conhecimento dessa louvável iniciativa, esta Associação não se pode furtar de levar até Vossa Excelência os sinceros agradecimentos do Ministério Público do Paraná, alimentando a certeza de que, sob os cuidados desse Nobre Deputado, mencionado projeto de lei tramitará com rapidez até a final aprovação.

Receba, senhor Deputado, os protestos de elevado apreço e distinta consideração.

ATENCIOSAMENTE.

(a) Manoel Magalhães de Abreu — Presidente".

Tenho também, em mãos telegrama recebido do Dr. Luciano Lacerda, promotor público da VI Secção Judiciária em que tece considerações e agradece a nossa iniciativa.

Tenho também, um outro telegrama em que foi enviado pelo Dr. Silvio de Albuquerque Maranhão, promotor da V. Secção que também tece louvores a essa iniciativa.

Temos ainda mais um outro telegrama do Promotor público da Comarca de Cornélio Procópio, dr. Paulo e que nós agradecê e incentiva a luta pela aprovação do projeto que eu tenho certeza, será aprovado pelos nossos nobres pares nesta Casa. E, ainda outro telegrama do Promotor Público, Dr. José, Promotor substitutivo de Campo Largo.

O SR. PEDRO LIBERTI — Nestas condições, informo a V. Excia. que devo viajar para o interior do Estado e acredito mesmo que, difficilmente, esta Casa antes dos dia 5 ou 6 de outubro, não terá o número suficiente de Deputado para a votação da matéria da Ordem do Dia.

Entretanto, solicitará a V. Excia. aos srs. Deputados, que mesmo na minha ausência, V. Excia. fôsse o promotor dêste nosso projeto que tenho cortez a conta com a simpatia dos srs. Deputados e porque não dizer de quase a totalidade dos srs. Deputados nesta Casa.

Desejaria, se houver "quorum" para a votação da matéria da Ordem do Dia, que V. Excia. determinasse que fôsse incluída na Ordem do Dia êste projeto de minha autoria que já os pareceres favoráveis por parte das Comissões técnicas. Desta maneira, o Ministério Público de nosso Estado, principalmente os Promotores Interinos, veriam atendidas as suas reivindicações, as quais sem dúvida nenhuma irá beneficiar esta culta e grandiosa classe que é o Ministério Público do Paraná.

Era o que pretendia dizer, sr. Presidente, hoje de minha tribuna.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, sr. deputado Ambrosio Choma.

O SR. AMBROSIO CHOMA — Sr. Presidente, srs. Deputados. Lemos num dos órgãos da imprensa de nosso Estado, publicado no dia de ontem, o seguinte artigo: “Secretaria de Educação: — Política eleitoreira e desmandos”.

Sr. Presidente, passarei a ler, na integra, este artigo: (lé)

“Nesta época pré-eleitoral os favores concedidos irregularmente pelo Governo do Estado — bem como as perseguições a funcionários que não rezam pela cartilha lupionista — crescem de forma assustadora. A Secretaria da Educação e Cultura, que deveria estar infensa à estas participações políticas, por deter sob sua responsabilidade um setor fundamental da vida em sociedade — o ensino — é um dos órgãos que vem tendo participação mais ativa na campanha do candidato situacionista. Conforme noticiamos ontem, na seção política, as aulas noturnas do Instituto de Educação foram suspensas para que os alunos, sob coação, fôsem assistir ao comício “estudantil” do sr. Plinio Costa. Os que não comparecessem sofreriam sanções escolares, como suspensão.

ESCOLA DE 200 ALUNOS COM 20 PROFESSORAS

Outras irregularidades flagrante, pode ser observada em relação ao volume de professoras lotadas em determinados grupos escolares, sob os auspícios da Secretaria de Educação. Exemplo disto, é o fato de possuir nada menos de vinte professores, para ministrar educação a apenas 200 alunos, a escola “Maria Montessori”, situada no bairro do Bacacheri, em Curitiba.

UMA PROFESSORA PARA CADA 5 ALUNOS

Por outro lado, atendendo a fins eleitoreiros, as nomeações de professoras normalistas para o Interior vem-se processando em volume absurdo, que cria situações até pitoresca. No Parque Industrial de Irati, localidade de nascimento do Sr. M. Lupion, existe uma escola mantida pela Secretaria da Educação, onde nada menos de 38 professores tem a seu encargo somente 200 anos, distribuídos em quadro turmas. As professoras foram recentemente nomeadas e o seu número confere a média absurda de quase um professor para lecionar a 5 alunos. Divididos que estão, entretanto em quatro turmas, os alunos naturalmente teriam em sua sala, para ensinar-lhes o ABC, nada menos de 5 professoras. Haverá lugar para tantas professoras em apenas 4 salas de aula?”.

Sr. Presidente, este artigo, em vista do que pretendemos abordar, diz muito pouco. Os servidores públicos de nosso Estado têm sofrido perseguições de seus superiores, todos sabemos.

Vou relatar um fato que se deu na semana passada, em minha localidade. A pessoa atingida é um representante desta Casa, é um Deputado que tem assento nesta Casa, na pessoa de sua esposa. O sr. Secretário de Educação e Cultura fez uma perseguição que reputamos das mais injustas possíveis. E isto por que? Porque esta senhora é minha esposa — não reza pela cartilha do sr. Secretário de Educação e Cultura. Ela é funcionária antiga. Tem dez anos de serviço, é Diretora de uma Escola Normal Regional de nossa localidade, não por favor deste Governo, mas pelo seu merecimento e pelo seu diploma. Sr. Presidente, esta senhora acaba de ser exonerada de seu cargo. É esposa de um Deputado; foi atingido um mandato legislativo conferido pelo povo. Não podemos suportar mais estes fatos, aqui nesta Casa. A revolta é unânime. Toda a população do Paraná está contra estes métodos adotados pelos homens que se dizem do Governo, mas que infelizmente, não governam o Paraná.

Sou testemunha de mais um fato, e estou indignado. Quando vim para esta Casa, acreditava que aqui existia palavra. O atual Secretário de Educação e Cultura, dr. Colombino Grassano, no gabinete de V. Excia., sr. Presidente, no ano passado, quando eu exercia o mandato por apenas 35 dias

e quando declarei que minha linha seria a de oposição e que votaria contra o aumento de impostos, convidou-me para conversarmos. Disse o sr. Colombino Grassano a mim: solicito que V. Excia. vote favoravelmente ao aumento de impostos. Respondi que não votaria, porque tinha uma linha de oposição. Pediu-me que reconsiderasse a situação. No final da conversa perguntou-me se minha esposa era funcionária pública. Respondi que sim. Perguntou, também, se havia algum Deputado do Governo que visasse perseguí-la. Disse que não acreditava que perseguissem, porque achava que os homens do Governo eram de fibra. Disse-me, ainda, que se houvesse qualquer cousa que eu fizesse o favor de avisá-lo, porque S. Excia. era contra perseguições.

Onde está a verdade dessas palavras? Pergunto aos srs. Deputados que têm assento nesta Assembléa, se isso é possível, só por que vamos ter eleições daqui a 30 e poucos dias? Não importa quem seja o eleito. Mas digo eu, ser Deputado de oposição, é sofrer. Sr. Presidente, já as imunidades parlamentares não nos garantem mais. Nem a nossa integridade física está garantida. Creio que teremos, nós mesmo, de nos proteger, de proteger nossa própria vida e, talvez, de nossas famílias. Porisso mesmo, sr. Presidente, estou nesta Tribuna, para fazer esse protesto e tenho a certeza de que o mesmo protesto sairá, por unanimidade da Casa. É uma funcionária perseguida. Essa tem ainda um marido investido de mandato legislativo que nos sue imunidades. Porém as outras, milhares de funcionários aí no interior, cuja vida depende desse trabalho, estão lutando e têm que rezar pela cartilha dos homens que mandam no Estado. Sr. Presidente, ainda não reclamariamos se para o mesmo posto naquela Escola Normal Regional tivesse sido nomeada uma pessoa competente, realmente diplomada, que pudesse exercer aquêle cargo. Não reclamariamos. Porém, o que aconteceu, é que um funcionário extranumerário, referência V, foi nomeado para dirigir a Escola Normal Regional de Rio Azul e bem agora, quando na cidade de Maringá se realiza um grande Congresso que vem prestigiar o ensino normal em nosso Estado, para o qual ocorrem representantes de todos os Estados da Federação. É nesta hora que acontece coisa assim, o maior absurdo possível. Não podemos tolerar mais.

Sr. Presidente, nós estamos alertando esta Casa contra coisas desagradáveis que podem surgir, em vista dessa politica de exceção. Há poucos dias, sr. Presidente, a bancada do PDC recebeu uma referência num discurso de ilustre Deputado do PTB, referência que acreditamos, foi feita por desconhecimento de causa daquele parlamentar, que dizia que nossa bancada havia votado o projeto de lei de criação de 59 novos municípios, em virtude um acôrdo de uma negociata havida com os homens do Governo. Sr. Presidente, respondemos naquela ocasião que isso não aconteceu. Realmente nós votamos pela criação dos 59 novos municípios. Os Deputados que aqui tomam assento, são testemunhas da declaração do atual Secretário de Educação e Cultura, que pela imprensa disse que o sr. Governador respeitaria a decisão desta Casa, e que não nomearia Prefeitos Intervenores naqueles municípios.

O sr. Pedro Libertí — V. Excia. permite um aparte? (Assentimento). Quando nós tentávamos impedir a votação daquele projeto, que devia ser aprovado por unanimidade da Casa, porque nós todos somos favoráveis à criação dos novos municípios, nós o fazíamos, porque sabíamos que o Governador iria nomear os Prefeitos. Ocupei a minha tribuna para dizer que o Secretário do Interior e Justiça hoje, Secretário de Educação e Cultura, não tinha autoridade moral...

O SR. AMBROSIO CHOMA — Perfeitamente.

O sr. Pedro Libertí — ... e não tinha a devida autoridade para falar em nome do Governo, porque um simples decreto do Governo o exonerava da Secretaria do Interior e Justiça e outro Secretário seria nomeado e o sr. Governador nomearia os prefeitos.

Quando o Governo fez a mudança do Secretário do Interior e Justiça, para a Secretaria de Educação e Cultura, foi que tornei a ocupar a minha tribuna e disse que eu a ocupava prazerosamente, que vinha para dizer que, aquilo que eu tinha dito anteriormente tinha sido confirmado. E foi com prazer que eu vi meus prognósticos se confirmarem.

O SR. AMBROSIO CHOMA — Realmente deputado Pedro Liberti V. Excia. estava certo. V. Excia. conhece melhor talvez estes homens do governo do que nós. Acredite nisto: eu lamento hoje, ter sido ludibriado já por duas vezes naquela ocasião em que particularmente o Secretário de Educação me afiançou que não era homem de perseguições e que evitaria perseguições contra qualquer funcionário. Isto ele não cumpriu; e, posteriormente, ao dizer, em nome do sr. governador do Estado que não seriam nomeados prefeitos. V. Excia., como a sua bancada, estão certos. O nobre deputado Luiz Alberto Dalcanalle agiu injustamente quando nos fez aquelas acusações contra a nossa bancada. Ele estava mal informado, provavelmente, porque nós não negociamos com este governo, estamos na oposição e esta é uma das provas. Estamos sofrendo como deputados da oposição e, quanto a isto, temos que nos regozijar. Houve um mal entendido por parte do nobre deputado Luiz Alberto Dalcanalle...

O sr. Pedro Liberti — V. Excia. permite outro aparte? (Assentimento). Queria dizer a V. Excia. que os elementos do PSD, naquela ocasião comentavam à boca pequena, que havia um acerto, até para nomeações de alguns prefeitos que seriam nomeados faziam parte da corrente do Candidato Ney Braga.

Mas, quando V. Excia. diz que o Secretário de Educação não é aquele homem que V. Excia. pensava, eu quero dizer, que eu nunca enganei sobre ele. E que em Rolândia numa visita que fez, como titular da pasta da Educação, aos professores de Rolândia, no auditório do ginásio, S. Excia. estando reunido com o professorado disse que ia dar explicação de como trabalhar em prol do ensino em nosso Estado. E S. Excia., depois de, naturalmente suas primeiras palavras, as segundas em seguida foram políticas, pedindo o trabalho para a eleição do candidato deles. No meio do auditório parece que explodiu um movimento de rebeldia, enfim, de não recebimento daquelas palavras. O sr. Secretário achou que era uma falta de educação dos professores do meu município e disse que encerrava as suas palavras porque o professorado de Rolândia falou com o respeito à autoridade superior. Encerrou rapidamente o seu discurso, não quiz continuar, não encontrou apoio a não ser naqueles dois ou três dirigentes de estabelecimentos, os protegidos, porque a outra parte não conta mais e disse que seriam punidos aqueles que faltaram com o respeito a autoridade superior.

Veja V. Excia. como age com falsidade. É uma prova para confirmar o que diz V. Excia.

O Sr. AMBROSIO CHOMA — V. Excia. veja que isto está sucedendo em todo o nosso Estado. Há poucos dias, sr. Presidente, quando estava o novo Diretor da Escola Normal Regional, mocinho, praticamente de menor idade, filho de chefe político, grande adversário do Sr. Moysés Lupion, quando governava este Paraná o sr. Bento Munhoz da Rocha. Porém, hoje, grande amigo do atual Governo do Estado, este mocinho vem, de "Jipe" do Estado, chapa branca, enfeitar com decalcomanias do candidato oficial, fazer justamente um levantamento nas Escolas da região rural.

Vejam V. Excias. como mudam as coisas. Minha esposa foi sub-inspetora de ensino naquele mesmo Município, porém, quando solicitava algum material, algum lápis, algum caderno, nada conseguia. Hoje, o atual sub-inspetor de ensino, residindo aqui em Curitiba, sendo estudante ainda, recebe um "jipe" do governo do Estado para atender as necessidades do professorado e dos alunos da minha terra.

Coisas assim acontecem. Há poucos dias realizando um comício em favor da candidatura do nosso candidato que é como todos sabem o Major

Ney Braga, o sr. sub-inspetor de ensino proibiu aquelas professoras. terminantemente, de comparecerem àquele "meeting", àquela reunião. Não sabemos porque, mas, não podemos concordar com isso.

E é por isso que há poucos dias, o ilustre sr. deputado Antonio Annibelli, quando aparteando um dos seus colegas da bancada do Partido Trabalhista Brasileiro, assim se referiu ao atual Governo do Estado. Disse êle que esta Constituição do Paraná é constantemente pisoteada pelos tacões das botas destes homens do Governo. Realmente, S. Excia. estava certo. É esta a nossa política. Nós hoje, não temos mais liberdade de pensamentos, porque se nós, mesmo investidos de Mandato Legislativo, mesmo protegidos por imunidades parlamentares, se nós não rezamos pelo código dos homens do Governo, seremos perseguidos.

Era essa a denúncia...

O sr. Nicanor Vasconcellos — V. Excia. permite um aparte?

O SR. AMBROSIO CHOMA — Com todo o prazer nobre deputado.

O sr. Nicanor Vasconcellos — Nobre sr. deputado Ambrósio Choma, estou ouvindo com atenção o discurso de V. Excia...

O SR. AMBROSIO CHOMA — Agradecido.

O sr. Nicanor Vasconcellos — ... Acredito até que seja justificada a indignação de que V. Excia. se acha possuído. Ainda mais quando sua esposa, como declarou V. Excia. haver sido atingida por um lapso do Governo. Não estou aqui, nobre sr. deputado Ambrosio Choma, para defender o governo, porque não sou deste governo, mas, não posso me calar diante de uma injustiça, que não é de V. Excia.

Mas, de uma injustiça que é de alguém que fez aquilo que V. Excia. acaba de trazer ao conhecimento da Casa. Na parte que diz respeito à lotação, de excesso de professoras num dos Grupos Escolares da minha terra, Irati.

O que há na verdade, é que na zona industrial de Irati, na zona onde estão localizadas as diversas indústrias fabris de Irati, onde estão as indústrias Santo Aleixo, onde estão localizadas as indústrias Benemar, onde estão localizadas a Laminadora, onde estão localizadas as indústrias Gevaler, nós construímos, aproveitando a verba que consignamos no orçamento anterior o segundo Grupo Escolar da nossa terra, para servir aos filhos dos operários da parte baixa, uma vez que o Grupo Escolar "Duque de Caxias", que V. Excia. deve conhecer bem, está na parte alta da cidade.

Então construímos este Grupo Escolar, que vamos inaugurar dentro de poucos dias, com oito salas. As aulas vêm sendo administradas num edifício alugado pelo Governo do Estado. Mas, lá nesse edifício, nesse prédio que está servindo provisoriamente de Grupo Escolar da Zona Industrial, como se denomina, não há excesso de professoras. Absolutamente. A notícia é inverídica, é falsa.

O SR. AMBROSIO CHOMA — Acredito que seja.

O sr. Nicanor Vasconcellos — De modo que eu me sentiria mal se não interferisse nesta questão, na denúncia que V. Excia. fez nesta Casa. E o meu silêncio importaria numa confissão tácita do que V. Excia. acaba de trazer ao conhecimento desta Assembléia.

Na parte que diz respeito a sua digníssima esposa, sei bem de seu trabalho, em Rio Azul, apenas pareceu-me que V. Excia. na indignação de que está possuído, muito natural aliás, não trouxe ao conhecimento da Casa a verdade sobre o acontecimento. V. Excia. apenas disse que sua esposa foi exonerada, mas ela não foi exonerada...

O SR. AMBROSIO CHOMA — Foi dispensada.

O sr. Nicanor Vasconcellos — ... da função de professora pública estadual. Não. A sua esposa exercia a direção do Grupo Escolar...

O SR. AMBROSIO CHOMA — Era cargo de confiança.

O sr. Nicanor Vasconcellos — Ela foi destituída dessa função, que é um cargo de confiança. Não justifico, em absoluto, o ato do sr. Governador do

Estado. Veja bem V. Excia., não estou justificando o sr. Governador do Estado, mas, entendo que, o momento, não é oportuno para esta dispensa de funções.

Porém, é preciso que a Casa fique sabendo e tome conhecimento de que a sua digníssima esposa não foi exonerada, mas sim dispensada da função que exercia que era um cargo de confiança.

Este é o esclarecimento que queria dar e dizer que não me insurjo contra o protesto e a indignação de V. Excia., coma disse, acho-a até muito justo e louvável.

Era o parte que queria dar a V. Excia..

O SR. AMBROSIO CHOMA — Agradeço o aparte de V. Excia. E tenho a dizer que quando li o artigo e vi o nome do sr. Moysés Lupion como sendo filho de Irati fiquei até embasbacado.

O sr. Nicanor Vasconcellos — Este Grupo Escolar não tem ainda nome.

O SR. AMBROSIO CHOMA — Acredito.

O sr. Nicanor Vasconcellos — Pretendo até dar o nome de uma velha educadora de Irati, da. Noca, para este Grupo Escolar através de uma sugestão que vou apresentar a Casa para que seja encaminhada ao sr. Governador do Estado.

O SR. AMBROSIO CHOMA — Quanto ao outro caso, nobre deputado Nicanor Vasconcellos, o caso da exoneração, V. Excia. tem razão. O termo técnico não é exoneração, é dispensa. Perfeito, mas aconteceu. Quero dizer a V. Excia. que acho abominável que atos desses sejam praticados nesta época. E acho muito mais abominável este desprestígio à causa do ensino público em nomear um funcionário extranumerário para a direção de uma Escola de Ensino Normal do Estado. Acho que não é justo.

Por outro lado, respondendo a questão de lotações de grupos escolares, posso afirmar que na minha localidade, o nosso Grupo Escolar está superlotado. Tanto é verdade que o sr. Governador acaba de nomear a senhora do coletor ao cargo de professora, mas, para ficar na sua residência. Foi nomeada também a senhora do guarda sanitário da nossa localidade para ficar atendendo S. Excia. que é Vereador no meu Município. Foi nomeada uma outra senhorita para o Grupo Escolar de Rio Azul. Não vou citar nomes, naturalmente, mas que está, hoje, adida na Secretaria de Educação e Cultura. No entanto, foi nomeada professora de Rio Azul. Uma outra senhorita, professora extranumerária mensalista foi nomeada para uma Escola do interior de Rio Azul. Não é pessoa de lá. Desconheço esta professora, mas tive a oportunidade de ver a portaria, nomeando-a para a Escola de Pinhalzinho. Aliás, essa Escola queimou um dia destes e quasi que foi queimado o padre que estava lá. Essa professora não foi tomar posse. Minha senhora era inspetora de ensino e três dias depois veio uma portaria colocando a professora à disposição da Secretaria de Educação e Cultura.

Acredito que o grupo de Irati não esteja superlotado, mas o de Rio Azul está, tanto é que estão mandando as professoras para a Secretaria de Educação.

O sr. Nicanor Vasconcellos — V. Excia. é autoridade para falar, porque representa aquêl Município...

O SR. AMBROSIO CHOMA — Exatamente.

O sr. Nicanor Vasconcellos — ... e o representa muito bem. Quanto ao meu Município, porém, V. Excia. permita que eu expendo os conhecimentos que tenho da situação. Quanto ao seu, não conheço. Tive votos de amigos em Rio Azul, não sou o representante daquele Município, mas farei o que puder por êle.

O SR. AMBROSIO CHOMA — V. Excia. tem feito muito.

Sr. Presidente, o Colégio das Irmãs tem apenas duas professoras do Estado e mais alunos do que o Grupo. As professoras do Colégio recebem 9

mil cruzeiros em fôlha de vencimentos, enquanto que as do Grupo mais de 150 mil cruzeiros. É muito dinheiro e sei que nossa Coletoria não arrecada isso. No entanto, duas irmãs que pediram nomeação, que trabalham gratuitamente ensinando boas maneiras, religião, catecismo, não sei por que razão não conseguiram que seus requerimentos fôsse entre os milhares despachados pelo antigo Secretário de Educação. São coisas que o povo do Paraná não ignora e que revoltam.

Há um privilégio nestes casos de trazer algum benefício ao menos aos que percebem êses ordenados e têm sua angústia minorada porque talvez tenham necessidade dêste dinheiro. Mas as perseguições temos que condenar e as condenaremos qualquer que seja o Govêrno, enquanto tivermos democracia no País, porque não podemos estar ao lado dos que perseguem.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores, declaro encerrada a hora do Expediente, passando-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 17 srs. Deputados.

Ofício de autoria do sr. Lincoln da Cunha Pereira, comunicando que nesta data assume suas funções nesta Casa. Irá ao sr. 1º Secretário, para anotação.

Projetos de lei de autoria dos srs. deputados Anibal Curi e Amaury Silva. — **Apoiados.**

Requerimento de autoria do sr. Agostinho Rodrigues, solicitando um voto de pesar. — **Aprovado.**

1a. discussão do projeto de lei 480-60. — **Encerrada a discussão.**

1a. discussão do projeto de lei 305-59. — **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente sessão, convocando outra para amanhã, dia 30, à hora regimental, com a mesma

ORDEM DO DIA

Levanta-se a sessão.